ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2021-03-30	
O Secretário da Mesa	
Lina Lopes (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Lina Lopes (Assinatura Qualificada) Date: 2021.03.30 11:06:17 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 1705 / XIV (2 .ª)

Assunto: A tragédia de Cabo Delgado no norte de Moçambique

Destinatário: Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Desde 2017 que no norte de Moçambique, na província de Cabo Delgado, se vive um autêntico estado de guerra alegadamente promovido pelo grupo "jihadista" Estado Islâmico que tem promovido assassinatos, decapitações, sequestros de mulheres e crianças.

Esta semana foi noticiado que, num ato bárbaro foram decapitadas crianças.

Trata-se de um cenário de violência extrema que tem provocado uma crise humanitária com milhares de mortos e milhares de deslocados, bem como danos graves para a já de si frágil economia do país e, sobretudo, perdas irreparáveis para as famílias daquela população umbilicalmente ligada ao povo português.

A situação infernal que se vive em Cabo Delgado, devia envergonhar-nos enquanto seres humanos e os mais recentes relatos do terreno, das mais diversas entidades, ONGD´s, portuguesas e estrangeiras confirmam esse cenário.

Na semana passada foi noticiado que a Organização Não-Governamental ***Save the Children*** pediu ajuda humanitária para a província de Cabo Delgado e afirma que *quase um milhão de pessoas enfrenta fome severa* como resultado direto da onda de deslocados provocada pelo conflito armado naquela região.

É humanamente impossível assistir com passividade ao massacre de milhares de pessoas a tentarem sobreviver a uma situação humanitária gravíssima.

São casas roubadas, destruídas e depois incendiadas; são pais que não podem mandar os seus filhos para a escola; funcionários públicos que se recusam a ir trabalhar, tal é o nível de medo e de insegurança.

Os moçambicanos precisam urgentemente da ajuda dos portugueses, dos europeus e da comunidade internacional. Não se entende como se pode assistir silenciosamente ao massacre

chocante de milhares de pessoas sem agir com firmeza e diligência através de ações concretas.

Apesar da situação humanitária gravíssima, apesar da violação sistemática dos direitos humanos, o Alto Representante da União Europeia para a Política Externa, o socialista Josep Borrell, foi até agora incapaz de criar condições para se deslocar a Moçambique para se inteirar da situação devastadora que ali se vive.

O Primeiro Ministro português, anunciou no âmbito da Presidência do Conselho da UE, que de entre os tópicos prioritários, um deles seria "*Atribuir especial atenção à dinamização e densificação do relacionamento UE-África". É pouco.*

Também o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou que *o apoio europeu a Moçambique é uma das prioridades da presidência portuguesa do Conselho da EU…* Apesar das intenções anunciadas, não conseguimos entender a inação ensurdecedora, primeiro, do governo português e, segundo, da União Europeia e de outras organizações internacionais, perante a tragédia de Cabo Delgado.

O Governo português tem uma particular responsabilidade e oportunidade em criar condições que levem o Governo de Moçambique a aceitar, sem complexos, a ajuda internacional que tanto precisa.

Assim,
Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD vem por este meio dirigir ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, através de Vossa Excelência, as seguintes perguntas:

a) Qual é o nível de comprometimento do Governo Português para que o problema humanitário que se vive na província de Cabo Delgado não seja esquecido?
b) Que ações concretas está a diligenciar o Governo Português, no âmbito da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, para o cessar da violência em Cabo Delgado e para a resolução desta tragédia humanitária?
c) No âmbito da elaboração de uma nova Estratégia da Cooperação Portuguesa o que tem sido feito para a pacificação e o desenvolvimento de Moçambique e, em especial, de Cabo Delgado?
d) Qual o apoio efetivo que está a ser prestado pela União Europeia e também pelo Governo português?
e) Uma vez que as autoridades moçambicanas pediram ajuda, que resultados têm produzido os "diálogos" e as "ações" que a União Europeia, através do Serviço Europeu para a Ação Externa, tem estabelecido com as autoridades moçambicanas?

Palácio de São Bento, 29 de março de 2021

Deputado(a)s

CLARA MARQUES MENDES(PSD)

ISABEL MEIRELES(PSD)

ANTÓNIO CUNHA(PSD)

Deputado(a)s

PAULO MONIZ(PSD)

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

ANA MIGUEL DOS SANTOS(PSD)

CARLOS ALBERTO GONÇALVES(PSD)

CARLA BORGES(PSD)

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)

PAULO NEVES(PSD)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.